

Cultura Democrática e Esquerda Brasileira: comparando a concepção de política do PCB e do PT.

Medeiros de Freitas Francisco Josué.

Cita:

Medeiros de Freitas Francisco Josué (2010). *Cultura Democrática e Esquerda Brasileira: comparando a concepção de política do PCB e do PT*. V Congreso Latinoamericano de Ciencia Política. Asociación Latinoamericana de Ciencia Política, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-036/86>

A Política e A Esquerda Brasileira

Introdução:

O estudo dos partidos políticos é, evidentemente, um tema recorrente na Ciência Política. Por certo também, se trata de um assunto diverso, com múltiplas abordagens possíveis, uma variedade de entradas que tornam os partidos políticos uma matéria inesgotável para os cientistas políticos.

Nesse estudo, um primeiro recorte que se faz sobre este tema é o ideológico, trata-se de priorizar os partidos que se referenciam no que se convencionou chamar de esquerda política. Dentro desse mosaico de tendências e visões que compõe a esquerda, temos partidos que mantêm vínculos com a classe trabalhadora, com o movimento sindical, partidos que em alguma medida se contrapõe à ordem estabelecida do capitalismo.

Como esses partidos organizam poderosas forças sociais que, a partir de uma ação coletiva, buscam modificar a realidade existente, é compreensível que essa delimitação também não seja novidade. Maurice Duverger, por exemplo, destacou em seu estudo clássico sobre as organizações partidárias a especificidade dos partidos de esquerda (especialmente os socialistas, mas também os comunistas) em relação às demais agremiações, ditas de direita (sejam conservadores, liberais, etc): tem origem extra parlamentar, enquanto os partidos à direita do espectro político surgem por dentro do sistema representativo; possuem centralização nacional e forte articulação estrutural, rigidez nos requisitos para filiação, algum tipo de controle sobre os parlamentares, algo bem diferente da fluidez organizativa dos partidos tradicionais; e por fim, apresentam algum nível de doutrinarismo, teórico e programático, características inexistentes nos órgãos de representação política da burguesia.¹

Duverger foi mobilizado apenas para situar a importância que os partidos de esquerda adquiriram como objeto das análises da ciência política. Teoricamente, este artigo buscará abordar o assunto dos partidos políticos de esquerda baseado na contribuição de outro autor, Antônio Gramsci, conforme se explicará mais adiante. Por agora, segue-se tentando justificar o recorte proposto no trabalho.

Também no Brasil os partidos de esquerda tentaram intervir no rumo dos acontecimentos políticos e sociais. Isso se deu especialmente a partir do século XX, quando os trabalhadores se configuraram não apenas em força social relevante, mas também organizaram um movimento político e sindical atuante e significativo.

Ao longo dessa história de lutas, muitas agremiações, organizações, grupos surgiram tentando conquistar o predomínio da representação dos trabalhadores e das demais classes subalternas. Dois em especial obtiveram sucesso nesse objetivo, o Partido Comunista do Brasil (PCB), surgido em 1922, e o Partido dos Trabalhadores, criado em 1980. Em que pese a importância desses dois partidos, a pesquisa acadêmica sobre eles ainda apresenta alguns limites que justificam a produção desse artigo.

¹ Duverger, Maurice. *Os Partidos Políticos*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1980. O autor esmiúça essas diferenças rapidamente resumidas aqui entre as páginas 26 e 207.

Não cabe neste trabalho uma reconstrução da história desses dois partidos, ainda que ao longo da análise a perspectiva histórica apareça, como forma de localizar o argumento.² Contudo, cabe aqui destacar o surgimento do PT na década de 1980 definiu de vez o fim da hegemonia comunista junto à esquerda brasileira, um processo que estava em curso desde a década de 1960.

Nesse sentido, o PT surge construindo uma auto-imagem de ruptura com o passado pecebista, contra tudo o que os comunistas teriam feito de errado na arena política e no âmbito da representação dos interesses econômicos dos trabalhadores. O “partidão” (apelido consagrado do PCB), por seu turno, buscou combater o PT desde o surgimento do novo sindicalismo e do movimento favorável à criação de um partido dos trabalhadores, ao final da década de 1970.

Que ambos os partidos mantivessem uma disputa política acirrada em busca de hegemonia do movimento dos trabalhadores é totalmente esperado e aceitável. Ocorre que os termos dessa disputa foram comprados e refinados no plano acadêmico, especialmente pela intelectualidade que se engajou na construção do PT.

Esse primeiro problema no conjunto de trabalhos acadêmicos foi definido como o paradigma da tabula rasa por Darlan Montenegro.³ Este paradigma apresenta o PT como a maior novidade da história das lutas dos trabalhadores no Brasil, e talvez no mundo. Inaugurado por pesquisas como a de Rachel Meneguello e Margareth Keck, a tabula rasa pensa o PT em total ruptura com a tradição da esquerda brasileira pregressa, e, ainda que sejam pesquisas importantes sobre a origem do PT, estas obras apresentam várias novidades da cultura petista sem embasamento empírico.

É o que ocorre com o estudo de Keck, quando a autora afirma que o PT teria sido o primeiro partido brasileiro a se preocupar de fato com o problema da representação dos trabalhadores, fruto dos seus vínculos únicos com o movimento operário e com os movimentos sociais em geral.⁴ Em nenhum momento a autora oferece evidências que sustentem essa afirmação, algo que seria possível em um estudo comparativo com outras organizações partidárias, no mínimo no campo da esquerda, em que pese a dificuldade teórica e metodológica de se definir o que seria “levar a sério a questão da representação”, conforme as palavras de Keck.

A obra de Meneguello também incorre neste erro, ao centrar sua análise no papel que os núcleos de base petistas cumpririam no sentido de garantir o funcionamento democrático do partido e que, portanto, garantia a democracia interna no PT de forma inédita na história da esquerda brasileira.⁵ Além de não encontrarmos comparações com outros partidos de esquerda, que tinham nas seções ou células um paralelo evidente com os núcleos de base do PT, a autora não procurou analisar o próprio funcionamento

² Sobre história do PCB ver Carone, Edgar. *O PCB*. São Paulo: Difel, 3 vols, 1982. Sobre o PT consultar PARTIDO DOS TRABALHADORES, *Resoluções de Encontros e Congressos. 1979-1998*, São Paulo: Perseu Abramo, 1998.

³ Montenegro, Darlan. *O Avesso do Príncipe: Programa e Organização nas origens do Partido dos Trabalhadores*. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Ciência Política). 2009. p. 14 e ss.

⁴ Keck, Margareth. *A Lógica da diferença*. São Paulo: Ed. Ática, 1991, p. 13.

⁵ Meneguello, Rachel. *PT: A Formação de um partido (1979-1982)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 90 e ss.

dos núcleos, de forma a confirmar se, ao menos no âmbito do PT, eles cumpriam o objetivo principal para o qual foram criados.

Meneguello justifica a pouca institucionalização dos núcleos pelo não enquadramento deste tipo de estrutura na legislação oficial da Ditadura Militar sobre os partidos. De fato, muitos núcleos eram informais, não podiam pertencer ao aparato institucional do PT. Ainda assim, o PT criou outras instâncias não previstas na lei, como foi o caso dos deveres dos filiados ou da política de finanças. Em suma, sua análise sobre o papel dos núcleos é baseada mais na vontade que os dirigentes partidários e os documentos oficiais do partido manifestavam sobre esta instância, o que configura uma clara assunção da ideologia petista pelo estudo acadêmico.

O problema aqui não é o de que a intelectualidade apresente posições políticas. Como afirmou Bourdieu, a neutralidade axiológica weberiana no sentido de se elaborar uma pesquisa destituída de valores é inatingível,⁶ trata-se de defender uma neutralidade metodológica, que favoreça a construção de uma visão crítica sobre o objeto. Indo além, pode-se afirmar que esta neutralidade é indesejada, como também indesejada, pois o papel militante do intelectual e a relevância social da obra estão sempre colocados. Assim, o paradigma da tabula rasa é algo diverso da presença de elementos normativos na pesquisa científica, em outras palavras, vai além da necessária fusão entre teoria e prática: constitui, na verdade, uma visão acrítica da formação do Partido dos Trabalhadores.

Por trás dessa visão acrítica, e ainda seguindo o argumento de Montenegro, pode-se identificar a tradição acadêmica da USP, personalizada em autores como Francisco Weffort e Francisco de Oliveira, entre outros, que se engajaram na construção do PT. Essa tradição é marcada pela interpretação do Brasil a partir de 1930 baseada na teoria do populismo, que consistia, em um apanhado rápido e certamente incompleto, pois este não é o objetivo desse trabalho, em identificar a classe operária como um agente sem autonomia, manipulada por um líder carismático e pelo Estado. Ao invés dessa heteronomia, esta tradição defendeu sempre um processo de ação de classe trabalhadora de forma autônoma ao Estado e às classes dominantes, com ênfase na auto-organização e na atuação na sociedade civil. Esta tradição foi profundamente influente na origem do Partido dos Trabalhadores.⁷

Um segundo problema que atua sobre a literatura relativa à esquerda brasileira, e que nesse caso atinge ambos os partidos aqui analisados, é o do “oficialismo”. Trata-se de um conjunto de trabalhos cujo sentido é apenas confirmar a visão que o PT ou o PCB tem de si próprios, como forma de instrumentalizar a militância na luta política.

No caso do PT, para além dos trabalhos já citados, que mobilizam o paradigma da tabula rasa, vale destacar a obra de Moacir Gadotti e Otaviano Pereira, *Pra que PT*. Neste livro, os autores discorrem sobre os mais diferentes temas que pautaram a construção partidária, como democracia interna, ética, projeto político, eleições, sempre partindo das resoluções oficiais e descrevendo as disputas que levaram a essas resoluções. Ou seja, nada mais do que a descrição da evolução partidária a partir da

⁶ Bourdieu, Pierre. *O Ofício do Sociólogo*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2004.

⁷ Montenegro, *op. cit.*, p. 141 e ss.

ótica oficial, ainda que esta tivesse sido pactuada pela maioria do partido e fosse, de fato, representativa da cultura política petista.⁸

Quando falam dos impasses e das crises que atingiram o PT, os autores sempre destacam seus processos de superação, apresentando uma visão sempre positiva do resultado final. Isso fica claro quando da análise da política de alianças do partido: o livro apresenta as perguntas freqüentes que norteiam este debate (quem são os aliados do PT? O PT deve fazer coligações? Deve se aliar taticamente com partidos burgueses ou apenas com partidos de esquerda?), em seguida reproduz a deliberação do V Encontro Nacional do PT (1987) sobre o tema, para então descrever como essa resolução foi posta em prática nos processos eleitorais.⁹

Neste ponto, os comunistas não ficam muito atrás dos petistas. Existe uma vasta literatura oficialista acerca do PCB, sempre com o intuito de justificar as movimentações políticas do “partidão”, inclusive quando estes trabalhos se inserem em uma perspectiva autocrítica. É o caso da obra de José Antonio Segatto, que trata das “vicissitudes políticas do PCB entre 1954-1964”, a tal ponto que o autor defende a perspectiva comunista em sua conclusão com uma ironia contra o PT, identificando que este teria assumido o programa daquele, ao propor a formação de uma “frente política antiimperialista, anti-monopolista e anti-latifundiária”¹⁰. Esta tese acadêmica tem muitos pontos de contato com obras claramente produzidas no âmbito partidário, como a biografia partidária de Astrogildo Pereira, fundador do “partidão” e seu primeiro secretário-geral¹¹, ou ainda a contribuição que Nelson Werneck Sodré escreveu a partir de uma iniciativa do comitê central do PCB¹². Em defesas destas intervenções dos comunistas no sentido de escrever sua história, atenta-se para o fato de que as ciências sociais no Brasil ainda não estavam consolidadas como estavam quando da fundação do PT.

A terceira ordem de problemas é justamente a outra face da moeda do oficialismo, isto é, os trabalhos produzidos com o objetivo de sustentar as críticas que são feitas a essas agremiações no âmbito da disputa política. Novamente, não se está condenando o vínculo militante dos autores, nem questionando a qualidade dos trabalhos a partir disso. Trata-se apenas de identificar os limites deste tipo de estudo. Assim, o influente *Combate nas Trevas*, de Jacob Gorender¹³, ou a dissertação de Cyro Garcia¹⁴ correm no mesmo caminho, o primeiro fazendo um duro balanço da atuação do PCB, explicando a derrota da esquerda em 1964 mais pelos erros do “partidão” do que pela repressão ou qualquer outro motivo, enquanto o segundo busca demonstrar como o PT se tornou um partido da ordem, perdendo os seus elementos transformadores que estavam presentes na origem do partido.

⁸ Gadotti, Moacir e Pereira, Otaviano. *Pra que PT – Origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Cortez, 1989.

⁹ Idem, p. 239-245.

¹⁰ Segatto, J. A. *Reforma e Revolução: as vicissitudes políticas do PCB (1954/64)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985, p.

¹¹ Pereira, Astrogildo. *A Formação do PCB (1922/1928)*. Rio de Janeiro: Vitória, 1962.

¹² Sodré, Nelson Werneck. *Contribuição à História do PCB*. São Paulo: Global, 1984.

¹³ Gorender, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Ática, 1987.

¹⁴ Garcia, Cyro. *Partido dos Trabalhadores: rompendo com a lógica da diferença*. Dissertação (Mestrado em História) ICHF, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2000.

Para finalizar a justificativa do estudo do PT e PCB, cabe inserir este artigo em um conjunto de outros estudos acadêmicos que pensam ambos os partidos em uma perspectiva teórica, metodológica e histórica crítica sobre o desenvolvimento históricos destes partidos. Não é demais repetir que os trabalhos acima citados possuem importância, tanto no seu conteúdo, quando na pesquisa que realizaram, e também no sentido de elucidar o papel daqueles intelectuais/militantes nos processos de construção dos partidos. Contudo, é possível e necessário ir além disso.

Sobre o PT, além do já citado trabalho de Montenegro, ainda na década de 1980 Emir Sader organizou uma coletânea que já apresentava caminhos teóricos a serem seguidos no sentido de uma investigação profunda sobre o PT.¹⁵ De saída, o artigo de Francisco Oliveira é o que poderíamos chamar de uma primeira crítica organizada ao paradigma da tabula rasa, questionando o conjunto de fatores que compõe a “novidade petista”, inclusive valorizando a origem do PCB.¹⁶ Já na década de 1990 podemos apresentar a dissertação de mestrado de Juarez Guimarães, que procurou pensar o PT à luz das experiências partidárias da I e da II Internacional dos Trabalhadores, e partir da inserção do PT na tradição socialista internacional, debater sobre as perspectivas de integração do partido à ordem estabelecida ou da resistência do PT a esta possibilidade.¹⁷

Mais recentemente, outra coletânea contribuiu para o entendimento do petismo, e também do comunismo, é a organizada por Alexandre Fortes.¹⁸, tanto com o artigo do organizador, que analisa o lugar do PT na história da esquerda brasileira, quando no texto de Daniel Aarão Reis, que insere PT e PCB nas tradições da esquerda brasileira.

Sobre o PCB, vale a pena citar dois importantes estudos. O primeiro é de autoria de Gildo Marçal Brandão, no qual o autor analisa a constituição de uma esquerda nacional, que busca uma solução vinculada a nossa realidade para o problema da revolução, e que o faz cindida por duas almas, uma insurrecional e outra reformista.¹⁹ O outro é assinado por Luis Werneck Vianna, e trata do processo de ocidentalização da política do PCB, rumo a uma estratégia nacional, de disputa de hegemonia na sociedade civil e não de tomada do poder em um assalto revolucionário.²⁰ Ambos os trabalhos são complementares, no sentido em que buscam explicar os dilemas políticos vividos pelos comunistas ao longo da sua história como parte do processo de consolidação do capitalismo no Brasil e da conseqüente institucionalização da classe trabalhadora como um ator político, sem cair em armadilhas como a da manipulação por um agente externo ou a personalização das decisões partidárias em lideranças onipresentes.

Por fim, a perspectiva comparativa entre PCB e PT já compareceu ao debate acadêmico contemporâneo. Destaque para a tese de Marco Aurélio Santana, que analisa

¹⁵ Sader, Emir (org) *E agora PT? – caráter e Identidade*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

¹⁶ Oliveira, Francisco “Qual é a do PT?” In: ¹⁶ Sader, Emir (Org) *E agora PT? – caráter e Identidade*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 9-16.

¹⁷ Guimarães, Juarez. *Claro enigma: O PT e a Tradição socialista*. Campinas: Departamento de Ciências Sociais (IFCH).

¹⁸ Fortes, Alexandre (Org) *História e perspectivas da esquerda*. São Paulo/Chapecó: Fundação Perseu Abramo/Argos, 2005.

¹⁹ Brandão, Gildo Marçal. *A Esquerda Positiva. As duas almas do Partido Comunista – 1920-1964*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.

²⁰ Werneck Vianna, Luiz. *Questão Nacional e Democracia: o ocidente incompleto do PCB*. Rio de Janeiro: Iuperj, 1988.

o PCB sob a ótica do movimento sindical, afirmando que a inserção no sindicalismo foi a forma que os comunistas encontraram para influenciar na política nacional uma vez que foram condenados à ilegalidade na maior parte de sua vida. A comparação com o PT surge justamente quando emerge o novo sindicalismo, e o autor contribui para entendermos o porquê que o PT conseguiu substituir o PCB como força hegemônica da esquerda nacional.²¹

Feito este pequeno debate bibliográfico, chega o momento de apresentar que comparação se pretende fazer entre PT e PCB.

2 – Objeto, Hipótese, Quadro Teórico

O que comparar nestas duas forças políticas da esquerda brasileira? Responder essa questão não é tarefa simples. Dado o inquestionável vínculo com o movimento sindical que essas duas organizações apresentaram ao longo de sua história, vamos recorrer aos estudos sobre sindicalismo na bibliografia brasileira para iniciar o enfrentamento com esse questionamento.

Os estudos recentes sobre formação da classe operária brasileira e sobre o movimento sindical ao longo do século XX se baseiam nas concepções de Thompson para apontar uma continuidade nas práticas e tradições sindicais dos trabalhadores brasileiros. Ou seja, pensam a consciência de classe do proletariado no Brasil sem cortes abruptos, sem rupturas baseadas no binômio autonomia/heteronomia de classe.²²

Thompson parte da noção de experiência para fundamentar sua concepção sobre a formação da classe. Essa noção é dotada de um forte significado histórico, afasta completamente a idéia de que o “fazer-se” da classe foi externo ou puramente econômico.²³ O próprio conceito de “fazer-se” da classe significa uma ruptura com o estruturalismo presente nas concepções de classe em si e classe para si, e que por sua vez são derivados da analogia base e superestrutura.²⁴ Vale ressaltar que o próprio autor afasta a “idéia de que a formação da classe seja independente de determinações objetivas, nem que a classe possa ser definida como simples fenômeno cultural”.²⁵ O Grande mérito de Thompson consiste em historicizar (ou re-historicizar se levarmos em conta que Marx já o fez) as relações econômicas.

Uma vez que o autor nega uma perspectiva economicista com relação ao conceito de classe, ao mesmo tempo em que rechaça outra face da moeda que seria a visão culturalista, qual seria então a visão do nosso autor? No prefácio contido no primeiro volume de “A Formação da Classe Operária Inglesa” há uma passagem bem clara que diz “classe é um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos

²¹ Santana, Marco Aurélio. *Homens Partidos – comunistas e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2001.

²² Dentre muitos, ressalta-se Mattos, Marcelo Badaró. *Novos e Velhos Sindicalismos*. Rio de Janeiro (1955/1988). Rio de Janeiro: Ed. Vício de Leitura, 1998; Ramalho, José Ricardo e Santa, Marco Aurélio (orgs) *Além da Fábrica: Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social* São Paulo: Boitempo, 2003; PESSANHA, E. G. F. ; ABREU, A. R. P. . *O Trabalhador Carioca - Estudos Sobre Trabalhadores Urbanos do Estado do Rio de Janeiro*. 1. ed. RIO DE JANEIRO: J.C. EDITORA, 1995.

²³ Thompson, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa, Vol. II*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1987, p. 17.

²⁴ Thompson, E. P. “Algumas considerações sobre classe e falsa consciência”. In: op. Cit, p 278.

²⁵ Idem, p 277.

dísparos e aparentemente desconectados, tanto na matéria prima da experiência quanto da consciência.”²⁶

È nesse sentido que o historiador inglês afirma que não existe classe sem consciência de si própria, o que se dá historicamente no processo de lutas sociais, quando constroem uma identidade comum, elaboram um projeto alternativo, constituem formas organizativas coletivas que propagam essa identidade e esse processo. “Classe e consciência de classe são o último degrau e não o primeiro, de um processo histórico real”.²⁷

A diferença com concepções ortodoxas do marxismo - que Thompson chama de “leninistas-platonistas” - é evidente: ao invés de classe como categoria estática, classe como processo histórico; no lugar de verdadeira ou falsa consciência, consciência histórica. Com estas concepções, impede-se a substituição da classe por uma vanguarda iluminada ou por um partido único e infalível.

E, sendo a classe e consciência de classe os últimos estágios do desenvolvimento histórico, o primeiro seria o conceito de luta de classes. Novamente nosso autor busca recuperar toda a vitalidade da obra de Marx ao reivindicar esta noção carregada de significado histórico para análise das sociedades passadas ao invés do binômio forças produtivas e relações de produção, usado prioritariamente pelo determinismo. Para ele, sempre ocorreu “luta de classes sem classes”.²⁸

Esse histórico sobre Thompson vem no sentido de apresentar uma nova problemática. Os trabalhos que se baseiam em suas formulações se concentram no movimento sindical. Porque não aplicar esses conceitos com relação ao momento político da consciência de classe dos trabalhadores? Por momento político falamos claramente dos partidos. Não encontramos em Thompson uma recusa dessa dimensão. Pelo contrário, o que há é uma articulação dialética entre as diferentes dimensões da luta dos trabalhadores.

Apesar disso, não temos estudos que pensem se existe essa continuidade no âmbito dos partidos e organizações políticas que no Brasil se propuseram a representar a classe trabalhadora. Ao invés disso, nesse campo permanecem as cristalizações que vêm as rupturas que cada organização causou com relação ao momento seguinte. O PCB como ruptura em relação ao anarco-sindicalismo. O PT como ruptura com relação ao PCB.

O ponto a ser levantado é que encontramos também continuidade no momento político da consciência da classe trabalhadora. E, do mesmo modo que a continuidade na prática sindical foi encontrada no que tange ao caráter das greves, as formas de organização no sindicato, nas reivindicações por direitos, etc, também no caso da consciência política é necessário precisar em quais elementos buscaremos essa continuidade: na visão sobre a política que cada partido apresentou em sua história, não apenas na origem, mas também ao longo do desenvolvimento político e histórico dos partidos.

²⁶Thompson E. P. *Formação da Classe Operária Inglesa*, Vol. I Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1997. p 16.

²⁷Thompson, E. P. *Algumas considerações sobre classe e falsa consciência*. IN: Op. Cit. p. 274-275.

²⁸Idem, p. 271-272.

Nossa hipótese é que tanto o PCB quanto o PT, em seus momentos iniciais, possuíam uma visão que negava a política existente no capitalismo. Isso gerou conseqüências específicas em cada partido, como veremos, mas o eixo unificador é a presença de concepções insurrecionais nestas agremiações enquanto momento de negação da política.

Do mesmo modo, na medida em que petistas e comunistas foram se deparando com a disputa política real, e buscando soluções genuinamente nacionais para os problemas enfrentados, a concepção sobre a política vai se alterando, passando para uma aceitação de que esta era uma via aberta para as transformações. Uma vez mais, cada partido tem implicações diferentes desta alteração, mas o ponto de contato permanece, e consiste na derrocada da visão insurrecional e sua substituição por uma forma democrática de se fazer política.

Nesse momento, recorreremos a outra referência teórica que renovou o marxismo, Antonio Gramsci, para nos auxiliar na explicação do porque que ambos os partidos fizeram esta passagem, o que em nossa opinião se deu pelo mesmo motivo, qual seja, a assunção de uma ideologia nacional-popular por comunistas e petistas em um determinado momento da sua história, em substituição à uma identidade exclusivamente classista.

Antes de prosseguir, é preciso deixar claro que o caminho a ser seguido não será o de pensar o PT e o PCB como permeados por uma contradição entre reforma e revolução. Em primeiro lugar, porque esta dicotomia marcou, de fato, o conjunto dos partidos de esquerda do mundo, e por conta disso já foi bastante analisada, tanto acadêmica quanto politicamente. Ela é de extrema importância, e por isso, já foi bastante pesquisada.²⁹

Em segundo lugar, porque entendemos que os trabalhos que são referencia para este artigo não o fizeram. Brandão, por exemplo, não colocou as duas almas do PCB em oposição uma à outra, como se o “partidão” tivesse que decidir por uma delas. Tampouco Werneck Vianna apresenta a ocidentalização do PCB como um movimento contraditório com o que ele chama de “forma oriental” de fazer política. Em ambos, este movimento do “partidão” rumo a outro modo de interpretar a realidade brasileira e, conseqüentemente, à elaboração de uma nova estratégia política é apresentado como fruto de um movimento histórico, coletivo, indeterminado a priori, da classe trabalhadora enquanto agente social.

Do mesmo modo, os estudos sobre o PT que nos pautam não procuram condicionar a evolução partidária a essa lógica. Darlan Montenegro apresenta uma perspectiva crítica acerca da origem do PT, mas não em termos de reforma e revolução, mas sim no sentido de precisar o fenômeno histórico e social que é o petismo. O autor deixa claro na sua conclusão que não pretende chegar uma chave negativa que condenaria de forma determinista o PT ao campo da reforma.³⁰ E Juarez Guimarães, quando aborda as possibilidades de integração do PT à ordem estabelecida, ou

²⁹ Sobre esta dicotomia no caso soviético, ver Deutscher, Isaac. *Trotsky (3 vols)* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Sobre essa contradição em geral, consultar Hobsbawm, Eric (org) *História do Marxismo. (12 volumes)* São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1983-1989.

³⁰ Montenegro, Darlan. *Op cit.* p. 213-214.

alternativa de que o partido consiga de fato transformar esta ordem, o faz no mesmo sentido que Brandão e Werneck Vianna, como parte de um processo histórico cujo devir não está dado, e, pelo contrário, será decidido coletivamente, no curso das lutas sociais, e não pela “traição” de uma direção partidária qualquer que seja ela.

3 – O Nacional-Popular

Primeiramente, vamos abordar a forma como Gramsci trabalha esta noção, para em seguida historicizar o nacional-popular no Brasil, com a conseqüente tomada de posição do PCB e do PT sobre este movimento.

O conceito de nacional-popular aparece em dois momentos distintos, embora interligados, na obra de Gramsci.³¹ Nos cadernos 5 e 6 o conceito aparece vinculado ao tema da literatura. O revolucionário italiano está refletindo sobre o descompasso entre os intelectuais de seu país e o povo, o que gera uma ausência de uma literatura nacional-popular na Itália.

O outro momento, que nos interessa mais, está ligado à concepção gramsciniana de partido, e é a articulação material e histórica de diversos conceitos do arcabouço teórico de Gramsci, como hegemonia, bloco histórico, guerra de posição, revolução passiva, papel dos intelectuais, etc. Nesse segundo momento, o termo nacional-popular aparece ligado a formação de uma vontade coletiva que, organizada e dirigida pelo moderno príncipe, se configura em uma nova hegemonia.

Ligando os dois momentos, a Itália não possui uma literatura nacional-popular porque não houve força política e social que organizasse a vontade coletiva nacional-popular italiana no momento da revolução burguesa. Como é sabido, Gramsci atribui um caráter passivo, de revolução-restauração, ao “Risorgimento” italiano.³²

Façamos, portanto, uma reconstrução mais rigorosa deste segundo momento, de forma a qualificar o uso que faremos dele neste artigo.

Logo no início do primeiro caderno, organizado a partir que discussão que Gramsci faz da filosofia, entendida como parte de uma visão de mundo complexa, o termo vontade coletiva aparece (sozinho, sem o nacional-popular, pois Gramsci ainda está falando conceitualmente de um processo) mobilizado em conjunto com o papel da filosofia, da concepção de mundo, de cimentar ideologicamente toda a sociedade. Nas palavras do autor,

O problema fundamental de toda a concepção de mundo, de toda filosofia que se transformou em um movimento cultural, em uma ‘religião’, em uma ‘fé’, ou seja, *que produziu uma atividade prática e vontade* nas quais ela esteja contida como premissa teórica implícita (uma ideologia, pode dizer, desde que se dê ao termo ideologia o significado mais alto de uma concepção de mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no

³¹ Tomaremos por base a edição brasileira dos cadernos do cárcere. Gramsci, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Editado por Coutinho, C. N., Nogueira, M. A. e Henriques, L.S. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 6 vols, 1999-2002.

³² Buscar mais informações sobre o Risorgimento italiano, além da obra do próprio Gramsci, em Werneck Vianna, Luis, *A Revolução Passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas) isto é, o problema de *conservar a unidade ideológica em todo o bloco social que está cimentado e unificado justamente por aquela determinada ideologia*³³

Este longa citação se justifica por apresentar o problema tal qual ele foi formulado por Gramsci, e que possui uma importância capital em sua obra, tanto que perpassa o conjunto dos seus cadernos, com este tema aparecendo em todos os volumes da edição brasileira.

Mais adiante, ainda no primeiro caderno, nosso autor apresenta o papel dos partidos políticos, no mundo moderno, em elaborar e difundir estas ideologias, estas concepções de mundo, organizadores coletivos da vontade da massa, na medida em que “elaboram essencialmente a ética e política adequadas a elas, isto é, em que funcionam quase como ‘experimentadores’ históricos de tais concepções”.³⁴

Em suma, vontade coletiva é, para Gramsci, a “atividade política, prática”, que pode ser “racional ou arbitrária”, em outras palavras, pode ser senso comum disperso ou “corresponder às necessidades objetivas históricas, isto é, em que é a própria história universal no momento de sua realização progressiva. Esta vontade pode ser representada inicialmente por um “indivíduo singular”, mas sua “racionalidade deve ser atestada pelo fato de ser ela acolhida por um grande número, e acolhida permanentemente, isto é, de tornar-se cultura, ‘bom senso’, uma concepção de mundo, com uma ética conforme à sua estrutura.” Gramsci finaliza este conjunto de afirmações defendendo a filosofia da práxis (a forma como ele chama o marxismo, sem com isso cair na censura de Mussolini) como uma forma superior de organizar esta vontade, pois historiciza o pensamento “na medida em que o assume como concepção do mundo, como ‘bom senso’ difuso no grande número (e esta difusão não seria concebível sem a racionalidade ou a historicidade) e difuso de tal maneira que se converte em norma ativa de conduta.”³⁵

O termo nacional-popular acompanha a conceito de vontade coletiva no momento em que o autor busca concretizar a conceituação que apresentara anteriormente. Lembrando que os Cadernos do Cárcere se configuram em apontamentos dispersos, esta passagem não se dá forma cronológica, e muito menos coerente. Muitas vezes ela aparece na pena de Gramsci como indicação para futuras investigações que o revolucionário pretendia fazer.

É este o sentido da citação a seguir, quando Gramsci introduz a noção de nacional-popular em conjunto com a vontade coletiva:

Uma das primeiras partes deveria precisamente ser dedicada à ‘vontade coletiva’, apresentando a questão do seguinte modo: quando é possível dizer que existem condições para que se possa criar e se desenvolver uma vontade coletiva nacional-popular? Em seguida, uma análise histórica (econômica) da estrutura do país em

³³ Gramsci, Antonio, op. cit, vol 1, p. 98-99. grifos nossos.

³⁴ Idem, p. 105. -

³⁵ Idem. Todas as citações desse parágrafo são das página 202-203.

questão e uma representação ‘dramática’ das tentativas feitas através dos séculos para criar esta vontade e as razões dos sucessivos fracassos.³⁶

Em seguida, Gramsci analisa a situação italiana, buscando no papel da Igreja e nas funções de determinados grupos sociais a explicação para o fracasso dessas tentativas na Itália. Segundo nosso autor, a relação com o vaticano desenvolveu uma “situação econômico-corporativa” que impediu, no plano político, o surgimento de uma “força *jacobina* eficiente, precisamente aquela força que, nas outras nações, criou e organizou a vontade coletiva nacional-popular.” Ele segue perguntando se existiriam, atualmente, as condições para que essa força se desenvolvesse, e então conclui que uma resposta positiva deve ser buscada

Na existência dos grupos sociais urbanos, adequadamente desenvolvidos no campo da produção industrial e que tenham alcançado um determinado nível de cultura histórico-política. Qualquer formação de uma vontade nacional-popular é impossível se as grandes massas dos camponeses cultivadores não irrompem simultaneamente na vida política. (...) Toda a história depois de 1815 mostra o esforço das classes tradicionais para impedir a formação de uma vontade coletiva desse tipo, para manter o poder “econômico-corporativo” num sistema internacional de equilíbrio passivo.³⁷

Como vimos, Gramsci atribuía a filosofia da práxis como a forma superior de organizar a vontade coletiva. Quando ele analisa esta vontade coletiva sob a ótica do nacional-popular, surge o ator que a realizará, oriundo das classes urbanas, da produção industrial, da entrada das massas camponesas na política, o que se dá, nesse momento em que ele analisa, com ida destas massas para as fábricas, para as cidades. Enfim, o ator é o proletariado moderno.

E este ator tem um instrumento político, o partido, “moderno Príncipe” que “deve e não pode deixar de ser o anunciador e organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa, de resto, criar o terreno para um novo desenvolvimento da vontade nacional coletiva nacional-popular no sentido da realização de uma forma superior e total de civilização moderna”.³⁸

Novamente chegamos a um momento conceitual de Gramsci, no qual ele define o papel do partido político do proletariado, o partido da revolução. Mais adiante vamos historicizar essas formulações, quando analisarmos as diferentes concepções de política que balizaram a atuação de comunistas e petistas no Brasil. Por hora, o objetivo é pensar como essa categoria de nacional-popular se concretizou em nosso país, para demonstrar sua validade para pensar a atuação do PCB e do PT.

O tema do nacional-popular é bastante freqüente na literatura acadêmica brasileira. Marcelo Ridente aborda este tema ao investigar a produção cultural no Brasil produzida sob a ótica da revolução brasileira, especialmente na década de 1960. O

³⁶ Gramsci, Antonio, *op. cit.* vol 3, p. 17.

³⁷ Idem, p. 17-18.

³⁸ Idem, p. 18.

nacional-popular constitui, para o autor, a utopia de aproximação entre intelectual e povo, exatamente da forma como Gramsci concebe essa questão.³⁹

Já Renato Ortiz apresenta o movimento modernista, nascido em 1922, na Semana de Arte Moderna, como um paradigma de modernidade para um país que se modernizou em termos capitalistas sem com isso incorporar o Moderno em sua vida social. E, para o autor, a chave do modernismo enquanto movimento está na vontade de construção nacional autônoma, vontade que acaba sendo assimilada pelo Estado, confirmando que nossa modernização seria realmente acrítica.⁴⁰

Ambos os autores marcam que o nacional-popular no Brasil foi derrotado. Ridenti chama de utopia a tentativa de construir um vínculo permanente entre as massas e a intelectualidade. Já Ortiz conclui de forma pessimista que o moderno foi incorporado pela tradição, sob direção do Estado.

È em César Guimarães que vamos encontrar uma análise mais concreta sobre esta derrota. A direita brasileira, o empresariado, as forças armadas, organizaram o golpe de 1964 justamente para derrotar o popular que acompanhava o nacional. Isto significou interditar completamente as classes subalternas da participação política, para evitar que o processo de modernização capitalista fugisse do controle.⁴¹

Voltando à Gramsci encontramos uma arguta análise sobre os processos de modernização capitalista no pós-guerra que confirmam a tese apresentada por César Guimarães. O pensador italiano pergunta

Como reconstruir o aparelho hegemônico que se desagregou em razão das conseqüências da guerra em todos os Estados do mundo? Desde logo, porque se desagregou? Talvez porque tenha se desenvolvido uma forte vontade política coletiva antagônica? Se tivesse sido assim, a questão teria sido resolvida em favor de tal antagonista. Ao contrário, desagregou-se por causas puramente mecânicas, de tipo variado: 1) porque grandes massas, anteriormente passivas, entraram em movimento, mas num movimento caótico e desordenado, sem direção, isto é, sem uma precisa vontade política coletiva; 2) porque classes médias que tiveram na guerra funções de comando e de responsabilidade foram privadas disto com a paz, ficando desocupadas justamente depois de fazer uma aprendizagem de comando, etc; 3) porque as forças antagônicas se revelaram incapazes de organizar em seu proveito a desordem de fato. O problema era reconstruir o aparelho hegemônico desses elementos antes passivos e apolíticos, e isto não podia acontecer sem a força: mas esta força não podia ser a legal, etc.⁴²

³⁹ Ridenti, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro – Artistas da Revolução: do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

⁴⁰ Ortiz, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

⁴¹ Guimarães, César. “Vargas e Kubitschek: a longa distância entre a Petrobras e Brasília. In: Carvalho, Maria Alice Rezende de (org). *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2002, p. 168.

⁴² Gramsci, Antonio. *Op cit*, vol 3, p. 264-265.

A longa citação é válida para se pensar o caso brasileiro. A crise da república velha, ao longo da década de 1920, era resultado de um conjunto de contradições internas e externas que ganharam força após o fim da primeira guerra mundial. A semana de arte moderna e a criação do PCB, ambos em 1922, são um atestado disto. As grandes massas estavam em movimento, a ação sindical intensa comprova esta afirmação, ao mesmo tempo em que também confirma a tese gramsciniana de que se moviam de forma difusa e dispersa: não havia uma direção moral e intelectual que organizasse esta vontade coletiva. Nossas classes médias estavam em movimento, seja no tenentismo, seja no modernismo, e poderiam compor esta direção, mas não sozinhas, e não sem o instrumento político. Com isso, o aparelho hegemônico é reconstruído com o uso da força, com a Revolução de 1930 e, principalmente, o Estado Novo.

Esta passagem gramsciniana nos auxilia também para explicar o golpe militar de 1964, pois seguindo e indo além do argumento de César Guimarães, tratava-se de um movimento preventivo, contra as forças populares (ou antagônicas na terminologia de Gramsci) que podiam desorganizar a hegemonia dominante e inaugurar uma nova fase. Não se trata aqui de comprar o debate sobre o caráter pré-revolucionário da conjuntura na década de 1960 no Brasil, mas sim de afirmar que as classes dominantes de fato se mobilizaram a partir do medo da revolução.

Por fim, também utilizaremos o nacional-popular para pensar a crise da ditadura militar em fins da década de 1970 e redemocratização do país na década de 1980. Emir Sader aponta para o predomínio da questão democrática sobre a questão nacional nesse novo processo de lutas sociais que se abre com a chamada “nova república”. Contudo, o autor aponta para a crise de paradigmas da esquerda, que não teria formulado um projeto novo, e estaria recorrendo uma vez mais ao nacional-desenvolvimentismo que marcou a atuação das forças populares até o pré 1964.⁴³

Sader defende esta retomada, pois afirma que agora ela se dará sem o veio autoritário que marcou a atuação do movimento nacional popular nas décadas de 1950 e 1960. E, de fato, a presença do nacionalismo na visão política do PT atual parece confirmar as teses do autor, como veremos em seguida.

4 – PT, PCB e política

A esquerda brasileira é diversa, plural, tanto socialmente quanto ideologicamente.⁴⁴ Como já afirmado, a opção pelo estudo do PCB e do PT se deu pelo papel hegemônico que estas organizações atingiram em momentos distintos da história. Trata-se agora de, finalmente, comparar os dois partidos de forma a dar concretude a tese de que eles possuem continuidades em suas atuações, ainda que suas identidades políticas tenham se enfrentado como antagônicas dentro do campo da esquerda.

O PCB surge em 1922 como criação da vontade de um grupo de militantes oriundos do anarco-sindicalismo, bastante influenciados pelo impacto da revolução bolchevique na Rússia. Como afirma Brandão, o “partidão” nasce fora do Estado, e

⁴³ Sader, Emir. *A Vingança da História*. Boitempo: São Paulo, 2003.

⁴⁴ Conh, Gabriel. “Perspectivas da esquerda” In: Octávio Ianni (org) *Política e Revolução Social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 133.

talvez por isso seja um dos raros partidos nacionais de nossa história, prioritariamente urbano em um país ainda rural, com um mínimo de organização que permitiu que sobrevivesse no tempo apesar da repressão e dos erros políticos, tanto que estes não apagam o mérito que o PCB teve ao dar “alguma fundamentação teórica ao vasto movimento nacionalista e democrático que toma corpo a partir dos anos 50.”⁴⁵

De início, o PCB no Brasil lutou pelo seu reconhecimento como seção brasileira da III Internacional, o que não foi conseguido imediatamente pela aceitação dos 21 condições de admissão na Internacional Comunista, mas apenas em 1924.

Já no seu primeiro ano de vida o partido foi posto na ilegalidade. Neste sentido, nos seus primeiros anos os comunistas não se colocaram o problema da disputa eleitoral. Estavam mais envolvidos com o combate à tradição anarco-sindicalista e com o fortalecimento de suas posições no movimento sindical. Ou seja, a trajetória inaugural do comunismo no Brasil foi caracterizada por uma forte identidade classista. Mesmo quando a questão eleitoral aparece, em 1927 não apenas porque o partido pode disputar as eleições, como também pelo sucesso que sua frente ampla eleitoral, o Bloco Operário Camponês obteve, elegendo inclusive um deputado, e conquistando votações significativas no distrito federal e no Rio Grande do Sul, o PCB não alterou esta sua atuação classista de nascença ⁴⁶

Contudo, o resultado eleitoral gerou as tensões no partido, que respondeu de duas maneiras. Primeiro passou a se preocupar com o problema do “desvio eleitoral”, mas principalmente, percebeu que este resultado evidenciou um processo em que o PCB começava a se inserir na vida real do país, que passava por um contexto de crise política e social que foi percebida pelos principais dirigentes partidários, como Astrogildo Pereira e Otávio Brandão. Assim, eles começaram a por em prática um processo de aliança com o tenentismo no sentido de conferir uma direção conseqüente às forças pequeno-burguesas que questionavam o sistema oligárquico. Nessa aliança residia a possibilidade por em prática a estratégia do movimento comunista internacional de efetivar as revoluções democrático-burguesas em países semi-coloniais como o Brasil, conforme leitura pecebista. Ou seja, foi a primeira tentativa de sair da política classista, rumo ao movimento nacional-popular que já atingia o Brasil.

A intervenção da Internacional Comunista, que deliberou em 1928 uma nova política, de total enfrentamento com as forças reformistas, interrompeu este curso. Segundo Werneck Vianna, a revolução de 1930 confirmou as teses dos comunistas brasileiros, porém sem o componente democrático-popular que a participação dos comunistas poderia lhe dar, o que foi determinante para a conformação institucional que o capitalismo brasileiro adquiriu após o Estado Novo. ⁴⁷

A conseqüência dessa derrota foi, tragicamente, a confirmação da tese da III Internacional Comunista. As forças reformistas se mobilizaram para desenvolver o capitalismo sem nenhum conteúdo democrático ou popular, o que levou o PCB a uma política de enfrentamento com a ordem estabelecida.

⁴⁵ Brandão, Gildo Marçal *op. cit.* p. 24.

⁴⁶ Carone, Edgar. *op. cit.*, vol 1, p. 6.

⁴⁷ Werneck Vianna, Luis. *op. cit.*, p. 13.

Brandão indica que o PCB manteve, pelo menos até 1935, uma série de pontos de contato com o anarco-sindicalismo que o precedeu, como a luta pela melhoria nas condições de vida, a recusa a qualquer mediação estatal sobre o mercado, a recusa do papel das alianças e das eleições, a ação classista em geral. Porém, como o próprio autor afirma, no seu início o PCB afirmou positivamente sua identidade política, enquanto partido que disputa eleições, que traz para a classe uma dimensão que vai além da luta econômica.⁴⁸ E buscou se inserir no movimento nacional-popular para viabilizar esta identidade política.

Ou seja, o PCB herdou a pauta política do anarco-sindicalismo menos pela origem dos seus fundadores, como encontramos com frequência na literatura sobre o PCB, e mais pela sua adequação ao movimento comunista internacional. Esta teve um resultado definidor na constituição da identidade comunista no Brasil. Por mais que lograsse sucesso em se tornar uma força política nacional, o PCB adquiriu um modo de fazer política insurrecional, que teve seu ponto alto no levante de 1935, e que custaria a ser abandonado.

Curiosamente, a Intentona de 1935, que foi levada a cabo como um movimento sectário, foi animada pela primeira grande experiência de alianças que o PCB pôs em prática, com a criação da Aliança Nacional Libertadora, frente única antifascista que em muito superou a força e inserção social que o “partidão” possuía isoladamente, a tal ponto de tomar a direção do movimento nacional-popular.⁴⁹

Finalmente, portanto, chegamos ao tema central do artigo. A concepção de política do PCB estava calcada em sua forma insurrecional de encarar a estratégia revolucionária. Ora, se para tomar o poder basta um assalto revolucionário contra as instituições, basta preparar o partido, militarmente, para esse momento. E este momento não exige alianças, nem tampouco a constituição de uma identidade mais ampla que a classista.

Voltemos ao Gramsci. A interpretação que coloca o comunista italiano como um continuador da tradição leninista é conhecida e consolidada. Luciano Gruppi afirma que nosso autor se propõe a formular uma forma nova para que o leninismo tenha o mesmo êxito na Itália que teve na Rússia já em 1920, após uma série de greves que não conseguiram se fazer nacionais e insurrecionais, ficando resumidas no alcance geográfico e político. Na prática política ele se dá conta dos limites da experiência histórica que vivencia e inicia a reflexão que levará aos conceitos presentes nos Cadernos do Cárcere.⁵⁰

Como já foi colocado, Gramsci concebe a formação da vontade coletiva nacional-popular como uma atividade prática a ser levada a cabo pelo proletariado, utilizando-se do partido como instrumento político. Essa busca para adaptar o leninismo ao processo político italiano vai significar em Gramsci a formulação de

⁴⁸ Brandão, Gildo Marçal. *Op. cit.*, p. 80-81.

⁴⁹ Sobre a Intentona ver Vianna, Marly de Almeida, “O PCB, A ANL e as Insurreições de Novembro de 1935” In: Ferreira, Jorge e Delgado, Lucília de Almeida Neves. (org) *O Brasil Republicano – o tempo do nacional estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

⁵⁰ Gruppi, Luciano. *O Conceito de Hegemonia em Gramsci*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2000, p. 49; 51; 57.

novas formas de atuação do moderno Príncipe, em substituição à estratégia bolchevique de tomar o poder em um assalto revolucionário.

O pensador italiano observa sua sociedade, percebe que as relações entre Estado e classes sociais na Itália se dão em outro patamar, existe um forte componente de consenso, para além da coerção que caracterizava o caso russo. Por isso, os revolucionários precisam incidir neste consenso, formular uma nova hegemonia (ou, uma vontade coletiva nacional popular).

Isso ocorrerá atrás da disputa de hegemonia na sociedade civil, que se torna para Gramsci um terreno de luta privilegiado. A classe trabalhadora precisa ser tornar dirigente antes de se tornar dominante. A luta não se dá mais em uma dinâmica de guerra de movimento, que se resolve em um curto espaço de tempo, mas sim em um processo lento, gradual, molecular, uma guerra de posição.

Em uma carta a Palmiro Togliatti, seu companheiro no partido comunista, datada de 1924, Gramsci fala dos debates que se travam na III Internacional e já aponta para as diferenças entre sociedades como a Rússia e como a Itália:

(...) Ele pensa que a tática da Internacional reflete a situação russa, ou seja, tem sua origem no terreno de uma civilização capitalista atrasada e primitiva. (...) Penso que a situação é bastante diversa. Em primeiro lugar porque a concepção política dos comunistas russos formou-se num terreno internacional, e não nacional; e, em segundo, porque na Europa Central e Ocidental o desenvolvimento do capitalismo determinou não apenas a formação de amplos estratos proletários (...) A determinação que na Rússia era direta e lançava as massas às ruas para o assalto revolucionário, complicou-se na Europa Central e Ocidental em função de todas essas superestruturas políticas, criadas pelo maior desenvolvimento do capitalismo; torna mais lenta e mais prudente a ação das massas e, portanto, requer do partido toda uma estratégia e tática mais complexa e de longo alcance do que aquelas que foram necessárias aos bolcheviques no período entre março e novembro de 1917.⁵¹

Ainda segundo Gramsci: “A guerra de posição exige enormes sacrifícios de massas imensas da população; por isto, é necessária uma concentração inaudita de hegemonia (...) na política, a ‘guerra de posição’ uma vez vencida, é definitivamente decisiva. Ou seja, na política subsiste a guerra de movimento enquanto se trata de conquistar posições não decisivas, e, portanto, não se podem mobilizar todos os recursos de hegemonia e do Estado; mas quando, por uma razão ou por outra, estas posições perdem seu valor e só aquelas decisivas têm importância, então se passa à

⁵¹ Gramsci, Antonio. *Escritos Políticos. Volume 2: 1921-1926*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2004, p. 183-184.

guerra de assédio, tensa, difícil, em que se exigem qualidades excepcionais de paciência e espírito inventivo.”⁵²

Não há dúvidas na constatação de que Lênin introduziu a política na tradição marxista, formulando uma teoria do partido revolucionário que negava as determinações estruturais do capitalismo, um partido capaz de mudar o curso da história, ou, nas palavras de Bensaid, um partido que elabora uma política do tempo partido.⁵³

Contudo, a cristalização da teoria leninista de partido no processo de burocratização soviético e a importação dessa estrutura fechada para todos os países sem levar em conta as especificidades nacionais produziu exatamente o contrário. A III Internacional acabou por exportar um tempo sólido, maciço, imune a ação política dos revolucionários. Sua política de revolução por etapas e de condicionamento das tarefas nacionais ao objetivo máximo de fortalecer e proteger a URSS terminou por inviabilizar a ação política dos comunistas ao redor do mundo, fazendo com que rompessem com os movimentos políticos e sociais mais amplos existente, impedindo-os de organizar de fato a vontade coletiva nacional-popular.

Em diversos países este processo foi facilitado pela repressão política e pela exclusão a que os comunistas foram submetidos em relação à institucionalidade legal. No Brasil, ainda deve-se levar em conta a liderança de Prestes e de outros ex-tenentistas de esquerda, o que por certo favoreceu o aspecto militarizante da ação partidária. E com isso, vimos que se consolidou, não sem tensões e disputas, uma concepção negativa da política, no sentido em que esta não se configurava um locus de intervenção rumo aos objetivos almejados.

E nesse ponto, podemos afirmar que o PT repetiu o PCB. A tese de Darlan Montenegro traz uma pesquisa rica sobre como o petismo, na sua origem, se ergue sob uma concepção de política que inverte leninista, no sentido em que este propôs um partido dirigente da classe, ao passo em que o PT se coloca como representante dos interesses da classe, valorizando apenas uma identidade classista estrita.⁵⁴

O autor demonstra como as raízes que compuseram o petismo favoreceram essa negação da política. O partido galvanizou um conjunto de organizações e grupos marxistas que eram caudatários de uma concepção insurrecional de disputa do poder, seja de matriz soviética, seja guevarista ou maoísta. As correntes marxistas que não vinham desta tradição eram as referenciadas nas formulações de Leon Trotski, que tem na auto-organização dos trabalhadores um dos seus pilares.

Mas estas correntes eram minoritárias. O fator determinante na formação do PT para esta concepção negativa da política foi a síntese entre três elementos: o novo sindicalismo do ABC, que buscava se desvencilhar das amarras do Estado para estabelecer um processo de negociação direta com os patrões, ou seja, para que os interesses das classes trabalhadoras pudessem se organizar livremente; a esquerda católica, que militava nas Comunidades Eclesiais de Base, que se organizava em

⁵² Gramsci, Antonio. *Maquiavel. Notas Sobre o Estado e a Política*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 2001, p. 255.

⁵³ Bensaid, Daniel. “Lênin e a política do tempo partido”. In: Bensaid, Daniel e Lowy, Michel. *Marxismo, modernidade e utopia*. São Paulo: Xamã, 2000.

⁵⁴ Montenegro, Darlan. *Op. cit*, A discussão que se segue procura sintetizar toda a tese.

núcleos com uma visão de mundo que conferia ao povo um caráter de verdade e absoluta, e que portanto o que cada um desses núcleos produzisse tinha a mesma validade, sendo um erro construir sínteses mais gerais; e por fim, a tradição acadêmica paulista, fincada no tripé USP-CEDEC-CEBRAP, que criticava a esquerda anterior à 1964 por ter se vinculado ao Estado, permitindo que este manipulasse a classe trabalhadora e defendia uma ação autônoma e classista dos trabalhadores, acusando o movimento nacional-popular de “criador de ilusões”.

Esta síntese gerou um partido que se pretendia se mero representante da classe, dotado apenas de uma política classista. Juarez Guimarães demonstrou em sua dissertação de mestrado que essa concepção petista não era nova, mas tinha vínculos estreitos com os partidos que se construíram na Europa do século XIX, no contexto da I e da II Internacional dos Trabalhadores. Complementando o argumento de Darlan, é possível concluir que o PT negou a política tal qual formulada por Lênin e depois aprofundada por Gramsci.

Assim, em suas origens, com o caráter classista fortemente colocado, ambos os partidos desenvolveram uma concepção negativa da política. Vamos então desenvolver o argumento que apresenta o desenvolvimento desta concepção tanto no PCB quanto no PT, em um sentido que chega ao pólo oposto, o de uma concepção de política positiva, e mais do que isso, como um fim em si mesmo.

O marco comunista para essa evolução foi a redemocratização do país em 1945. O PCB reconquista a legalidade, disputa eleições, obtém resultados eleitorais animadores, elegendo 14 deputados federais e um senador para assembléia constituinte. Neste contexto, os comunistas retomam uma política aliancista, de participação na vontade nacional-popular, primeiro no movimento queremista, defendendo que a democratização deveria ser conduzida por Getúlio, depois no Movimento Unificado dos Trabalhadores, intersindical que buscava rearticular o sindicalismo por dentro da estrutura sindical oficial e em aliança com os setores getulistas, e com uma orientação política de moderar o curso das lutas sindicais, posto que agitação grevista poderia atrapalhar a política mais geral do partido.

Em 1947, o retorno à ilegalidade, fruto do posicionamento do governo Dutra na política internacional da guerra fria, e da necessidade de conter o movimento reivindicatório para garantir o padrão de acumulação capitalista no país que fora institucionalizado com o Estado Novo.⁵⁵

Brandão afirma com razão que a questão da legalidade vai marcar todo o resto da vida comunista, no mesmo patamar em que a Intentona marcou. O PCB, por mais que mantivesse sua concepção negativa de política, não ficou indiferente ao problema da legalidade, lutou por ela em toda a sua história, pois sabia que apenas nesse terreno poderia se configurar como representante efetivo da classe.⁵⁶ E, não é ousadia afirmar, se transformou para conquistar a condição legal.

A questão da linha política fica, nesse sentido, submetida a essa problemática geral. O período esquerdizante inaugurada em 1947 assume assim o caráter de

⁵⁵ Santana, Marco Aurélio. *Op. cit.*, p. 56-57.

⁵⁶ Brandão, Gilbo Marçal. *Op. cit.* p. 168-170

racionalização que a direção fez da sua exclusão, muito mais do que um erro de tática.⁵⁷ E a política sindical que a negava, ao invés de aparecer como revolta da base, surge como a inserção real do partido na sociedade brasileira, e neste sentido, a porta de (re)entrada no movimento nacional-popular do qual fora expulso com a ilegalidade. O mesmo se pode afirmar da participação dos comunistas em momentos-chaves do movimento nacional-popular, como a campanha pela criação da Petrobrás.

Werneck Vianna coloca o PCB como mergulhado em uma ambigüidade quando se reencontra com o movimento nacional-popular, entre uma concepção negativa de política e uma prática típica de guerra de posição e disputa de hegemonia.⁵⁸

Como na filosofia da práxis a prática é o critério da verdade, a ambigüidade foi se resolvendo a favor da prática política positiva, resolução essa que foi acelerada por processos como o suicídio de Vargas em 1954 ou o XX Congresso do PCUS em 1956 sendo contudo paradoxalmente atrasada pelo sucesso dessa prática, já transformada em teoria pela Declaração de Março de 1958. Esta demarca o momento de maior influência comunista em sua história, o que fez com que o “partidão” superestimasse sua força e retomasse as concepções insurrecionais. No curso das lutas sociais da década de 1960, e especialmente após a vitória no movimento da legalidade, o PCB organiza o movimento nacional-popular para resistir contra qualquer vacilação de João Goulart, exige as reformas de base, afirma que as realizará na lei ou na marra.⁵⁹ O resultado foi o golpe militar, e com essa afirmação não se pretende culpabilizar o PCB por ele, mas sim, com coloca Werneck Vianna, identificar que esta é “a razão que faz da ordem burguesa, tal como hoje a conhecemos, m dos resultados não previstos da práxis do PCB”.⁶⁰

E foi exatamente a derrota em 1964 que finalizou o processo de evolução do PCB rumo a uma concepção que valorizava a política. Santana ressaltava como os comunistas aprofundaram uma política de frente ampla que unificasse todos os setores que enfrentassem a ditadura militar no VI Congresso (1967), pautado por repetidas autocríticas quando à postura arrogante do partido no período anterior.⁶¹

De fato, o PCB tentava reconstruir o movimento nacionalista derrotado em 1964, só que agora de forma mais ampla, sem radicalismo, e com um objetivo político mais definido no tempo, restaurar a legalidade democrática. A frente ampla tem sucesso, o papel que o MDB joga na erosão da Ditadura é crescente, especialmente a partir das eleições de 1974. A vitória da oposição nesse pleito fez com que o PCB se convertesse definitivamente à política realmente existente, finalmente chegando ao pólo oposto à sua negação da política.

Contudo, em busca da legalidade, o partido nega o conflito, ou melhor, pretende concentrá-lo definitivamente na arena eleitoral. Isso faz com que, como afirma Santana, os comunistas se colocassem contra a parte mais avançada do movimento sindical, e que configurou o novo sindicalismo, se posicionando ao lado dos setores mais atrasados, sempre alegando que a radicalização dos conflitos poderia por em risco a luta contra a

⁵⁷ Idem, p. 174.

⁵⁸ Werneck Vianna, Luis. *Op. Cit.*, p. 17-18.

⁵⁹ Santana, Marco Aurélio. *Op.cit.* p. 95-97.

⁶⁰ Werneck Vianna, Luis, *Op. cit.* p. 23.

⁶¹ Santana, Marco Aurélio. *Op. cit.* P. 148-149.

ditadura.⁶² E, ao ler a realidade dessa forma enviesada, acabou abrindo espaço para o surgimento do partido que ocupou seu espaço na hegemonia política da esquerda.

O PT também modificou sua concepção de política. Como já afirmamos, a bibliografia que analisa a evolução do petismo o faz ou para denunciar ou para legitimar este processo. Diferente do desenvolvimento do PCB, que tem algumas obras de referência como as que utilizamos neste artigo, o PT ainda carece de uma investigação deste aspecto.

Até 1995 o PT definia como seus objetivos “libertar o trabalhador da opressão”⁶³ ou então “apoderar-se do poder político e implantar o governo dos trabalhadores”. O atual presidente da república e ex-presidente do PT, Lula, afirmava em discurso de 1981, que “não queremos apenas melhorar as condições do trabalhador explorado pelo capitalista. Queremos mudar a relação entre capital e trabalho. Queremos que os trabalhadores sejam donos dos meios de produção”. Logo no seu primeiro programa eleitoral o PT afirmava que “só o socialismo resolverá de vez os nossos problemas”.

Em que pese identificarmos no PT uma visão negativa da política assim como no PCB, e também a definição de objetivos que visavam a construção de uma outra sociedade, não existe na história do PT o conceito de revolução como tomada do poder político a partir de um movimento insurrecional. Os petistas nunca se motivaram a realizar uma revolução nos moldes bolcheviques, que tanto inspirou os comunistas brasileiros. A negação da política se dava em uma perspectiva de representação dos interesses dos trabalhadores. , esses objetivos estratégicos apareciam no partido como corolário dos interesses da classe trabalhadora, ou seja, como resultado de uma identidade classista, e não de uma concepção de partido dirigente, ou organizador da vontade coletiva.

Há nas resoluções do PT uma evidente tensão entre esses objetivos estratégicos e a forma como conquistá-los. Nas primeiras formulações sobre eleições e poder (1982), o único aspecto definido dessa relação é que os petistas “não podem confundir vitória eleitoral com conquista de poder”. Já em 1984 o PT apresenta mais claramente uma concepção em afirma “que para transformar a sociedade, não basta tomar o poder do Estado. Para nós, o poder não se toma, mas também se constrói.” Ou seja, já se insinua entre os petistas uma concepção processual de transformação social.

Ainda assim, dois anos mais tarde o PT faz referências a necessidade de se realizar “uma ruptura radical contra a ordem burguesa”, mesmo sem decidir a forma como essa ruptura vai se realizar, garantindo apenas que esse processo “assumirá mil formas de manifestações, terá avanços e recuos (...), grandes e cada vez mais frequentes e intensas ações políticas de massa, auxiliadas por todas as formas de luta da classe trabalhadora, - da participação em campanhas eleitorais às greves e ao enfrentamento com a Burguesia e com o Estado”.

Seguindo nossa análise dos documentos oficiais do PT, não resta dúvida de que a superação dessa tensão se deu na medida em que o partido desenvolvia sua concepção de política rumo ao pólo oposto, da valorização e não mais da negação da política, o que

⁶² Idem, p. 181-194.

⁶³ Todas as citações relativas foram extraídas do livro PT: Resoluções de Encontros e Congressos – 1979-1998. São Paulo, Ed. Perseu Abramo, 1998

foi se materializando na elaboração de uma visão estratégica sobre a democracia e na assunção que o petismo fez da identidade nacional-popular em detrimento da classista. O primeiro ponto, o da democracia, demonstraremos a seguir, enquanto o segundo aparecerá mais adiante, na conclusão.

Como era de se esperar, essa superação se deu de forma gradual. Desde a sua fundação o PT valorizava a democracia. Contudo, se não condicionava essa valorização à tarefa maior da revolução, definia diversos critérios de participação popular e operária para que a democracia fosse de fato efetiva, ou então para afirmar que o socialismo petista seria democrático, diferente do que ocorria no leste europeu.

As opiniões do PT sobre a Constituinte são um bom exemplo desse movimento inicial de valorizar a democracia apenas com um conteúdo popular. Em 1985 o partido declara “não aguardar a instalação da Constituinte para exigir as mudanças [democráticas].” Deve “lutar para conquistá-las desde já”. Em 1986 o PT denuncia “A constituinte como um momento importante da transição burguesa. (...) seu objetivo básico não é transformar a sociedade ou mesmo reformá-la, mas somente estabelecer formas de continuidade do sistema capitalista”.

A partir do 5º Encontro Nacional, em 1987, as questões da democracia e da revolução, vão ganhando mais nitidez nas posições do PT. “Para extinguir o capitalismo e iniciar a construção da sociedade socialista, é necessário em primeiro lugar, realizar uma mudança política radical, os trabalhadores precisam transformar-se em classe hegemônica e dominante no poder de Estado”. Não mais ruptura radical, e sim mudança política radical. O que parece apenas um jogo de palavras tem dimensões mais substantivas quando analisamos conceitos como hegemonia, com o qual claramente o partido se propõe a “construir o socialismo na luta cotidiana, (...) nas muitas formas econômicas, sociais e políticas da construção socialista [que] surgirão da experiência da luta de classes contra o capitalismo (...), como as pequenas cooperativas, as compras comunitárias, as comunidades locais, os conselhos populares”.

Neste mesmo encontro as tensões continuam. De um lado O PT afirma pela primeira vez que o socialismo será construído no Brasil com a conquista eleitoral do governo: “Na situação política caracterizada pela existência de um governo que execute um programa democrático, popular e antiimperialista, caberá ao PT e aos seus aliados criarem as condições para as transformações socialistas”. Por outro, recoloca a questão da ruptura revolucionária: “Nas condições do Brasil, um governo capaz de realizar as tarefas democráticas e populares, de caráter antiimperialista, antilatifundiário e antimonopólio, (...) tem um duplo significado; em primeiro lugar, é um governo de forças sociais em choque com o capitalismo e ordem burguesa, portanto, um governo hegemonizado pelo proletariado, e que só poderá viabilizar-se com uma ruptura revolucionária”. Mesmo com a tensão, é visível o caminhar do partido no sentido de unificar governo e mudança, indo para além da problemática revolução e mudança, especialmente quando os petistas afirmam que “um governo dessa natureza não representa a formulação de uma nova teoria das etapas, imaginando uma etapa democrático-popular, e o que é mais grave, criando ilusões, em amplos setores, na possibilidade de uma nova fase do capitalismo”.

Esse caminhar avança ainda mais no Encontro seguinte, em 1989, quando o PT se propõe a pensar os desafios de um possível governo Lula, diante das boas perspectivas

eleitorais da sua candidatura. O governo Lula terá conteúdo socialista, será hegemonizado pelos trabalhadores, realizará avanços importantes, mas terá limites institucionais claros e definidos, além da resistência aberta das elites. Dito de outra forma “Abre-se, assim, um novo período de disputa de hegemonia da sociedade brasileira (...). Embora não exista uma crise do tipo revolucionário, nem mesmo uma situação revolucionária, podemos e devemos conquistar o executivo, a presidência da República, (...). Tudo isso criará as condições para a conquista da hegemonia política e de transformações socialistas (...). Nossa tática para concorrer à presidência da república com a candidatura do companheiro Lula e com um programa democrático e popular está associada à nossa política de acúmulo de forças e à nossa concepção de disputa de hegemonia na sociedade. Qualquer separação nessa linha pode conduzir à aventura de colocar na ordem do dia, hoje, a tomada de poder”. Muito significativa esta última passagem, a tal ponto que a passagem seguinte, quando o PT afirma que “nosso projeto político vai além de ganhar a eleição presidencial. Seu sentido histórico é de transformar o país, realizar uma revolução política e social” se caracteriza apenas como a última manifestação de uma concepção de transformação que estava em vias de ser superada.

Assim como a derrota de 1964 acelerou a mudança da concepção de política do PCB, a derrota eleitoral de Lula em 1989 atuou sobre o PT no mesmo sentido. Em 1990, os petistas colocam textualmente que “a democracia tem, para o PT, um valor estratégico. Para nós, ela é, a um só tempo, meio e fim, instrumento e meta a ser alcançada. (...) A nova sociedade que lutamos (...) buscará constituir-se como um sujeito democrático coletivo.” O I Congresso do partido, em 1991, apenas delimita melhor as formulações do VII Encontro, especialmente no que tange o conceito de hegemonia, retirado diretamente da obra de Gramsci, e que articula democracia e revolução de forma estratégica, afastando definitivamente qualquer perspectiva de democracia instrumental ou revolução insurrecional. A disputa da presidência da república em 1994 ganha papel central no futuro político petista.

A partir daí, o PT inicia uma nova trajetória, que vai culminar inclusive com a mudança dos objetivos do Partido. Em 1993, pela primeira vez, o grupo de Lula perde a maioria partidária para a chamada “esquerda petista”. Ironicamente, é nesse VIII Encontro que aparece pela primeira vez a expressão “revolução democrática”, que o PT usará a partir de 1995, quando Lula retoma a direção, e após a derrota para o PSDB, para abandonar gradativamente os objetivos socialistas, e preparar o partido para vencer as eleições, substituindo a noção de transformação radical por mudança a partir da disputa eleitoral. “Para derrotar o projeto neoliberal (...) O PT terá que dar um salto de qualidade: reelaborar sua estratégia de poder (...) terá que atualizar e reelaborar um programa democrático e popular”.

Com esse salto, a palavra socialismo desaparece das resoluções partidárias, dos discursos dos principais líderes, da crença petista. A identidade classista está finalmente superada, e seu lugar é ocupado pela problemática nacional-popular. O partido que antes negava a política em nome do interesse da classe passa a submeter esse ao processo democrático, que pressupõe a conquista de toda a sociedade, a construção de uma hegemonia que vá além dos trabalhadores.

Contudo, na medida em que o caráter estratégico da democracia para os petistas saía da teoria para a prática, e que com isso o partido conquistava novas posições institucionais, também o PT passa a negar o conflito, ou do mesmo modo que os

comunistas, confiná-lo ao jogo eleitoral. Mas as conseqüências dessa semelhança entre as concepções dos dois partidos veremos na conclusão.

4 – Conclusão: A política versus revolução

PCB e PT iniciaram suas trajetórias políticas definindo uma identidade classista, pautada em uma concepção negativa da política. Para os comunistas, não se tratava de participar do processo de alianças com outras classes rumo a uma nova ordem social, mas sim de tomar o poder com um assalto revolucionário e inaugurar a ditadura do proletariado. Já para os petistas, o centro estava em representar efetivamente os interesses dos trabalhadores, que finalmente poderiam atuar com autonomia de classe, que havia se perdido quando os comunistas aceitaram as regras do sistema populista.

Ao longo dos seus processos de inserção na vida real do país, na medida em que foram se constituindo como esquerdas verdadeiramente nacionais, ambos os partidos começaram a fazer alianças, a participar do jogo eleitoral e político, a se integrar em movimentos mais amplos do que apenas a luta econômica da classe trabalhadora.

O PCB fez isso se integrando no movimento nacional-popular que se iniciou na década de 1920 e continuou após o fim do Estado Novo. Esta integração se deu com muitas tensões, e levou a elaboração de uma concepção que valorizava a política. Contudo, este processo apenas se completou após a derrota de 1964, o que deixou marcas significativas nos comunistas: destaca-se a tentativa de resumir os conflitos sociais à disputa eleitoral, perspectiva esta que afastou o PCB do novo sindicalismo nascente no ABC paulista, e que permitiu ao PT conquistar a hegemonia da esquerda.

Já o PT também deu esse passo após uma dura derrota, nas eleições presidenciais de 1989. O processo de integração com um movimento mais amplo que o classista também se deu com tensões e disputas, mas esse rumo se consolidou em 1995, com a vitória da estratégia que levou Lula à presidência em 2002. O PT acabou por organizar um novo movimento nacional-popular, como resistência ao projeto neoliberal do PSDB de privatizações e desmonte do Estado.

Também o PT terminou por adquirir uma concepção positiva da política, indo para o pólo oposto ao da sua origem. Esse giro foi tão brusco que gerou no partido o mesmo reducionismo dos conflitos à arena eleitoral que verificamos no PCB.

Este não foi o único ponto comum. Ao se integrarem ao movimento nacional-popular de forma contraditória, primeiro com fortes tensões internas e em seguida totalmente submetidos a lógica eleitoral, ambos os partidos ficaram sem condições políticas de elaborar e organizar uma vontade coletiva nacional-popular que inauguraria uma nova fase histórica. Acabaram sendo assimilados em um movimento nacional-popular difuso, marcado pela crença de que quanto mais desenvolvimento capitalista, melhor para os trabalhadores.

A visão que ambos os partidos apresentam sobre o legado da Era Vargas é sintomático destes limites. A trajetória do PCB é bastante clara. Em 1930, classifica a “legislação social como fascista, (...) pura burla. As classes dominantes (...) só lembram dela quando sentem crescer o rumor da revolta das massas exploradas e oprimidas. (...) Mas para que servem todas essas leis? Para nada! Toda essa gritaria de agora em torno

dessa legislação social não passa, na verdade, de preparação fascista visando a completa escravização das massas.”⁶⁴ Já em 1934 classificam o regime instalado pela Revolução de 1930 como “Ditadura. A tapeação demagógica é exercida principalmente através do ministério do trabalho.(...) O Ministério do Trabalho protege os sindicatos da seguinte forma: amarrando-os à burocracia ministerial manejada pelos capitalistas; controlando policialmente seus sindicatos; proibindo-lhes as greves, ou, quando estas são inevitáveis, liquidando-as nas comissões mistas de conciliação”. Nesse parágrafo encontramos uma recusa completa, universal, de todos os princípios da legislação social e trabalhista. Essa caracterização está em consonância com a estratégia do partido durante o primeiro governo Vargas, de oposição; estava de acordo também com a política de enfrentamento ao fascismo materializada na ANL e na Intentona de 1935. E orientou a política do partido de construção de sindicatos revolucionários, por fora da estrutura oficial, a partir de 1947, quando o PCB foi posto na ilegalidade, e que foi modificada em 1952, após resultados desastrosos.

Na década de 1950 os comunistas traçam uma nova política sindical, de disputa dos sindicatos oficiais, em aliança com os trabalhistas. O que significa uma complexificação da relação dos comunistas com a estrutura sindical. Em 1958 o partido sistematiza essa nova política com uma autocrítica da sua postura “negativista, como decorrência do sectarismo dominante por muitos anos nas suas fileiras, os comunistas mantiveram uma atitude falsa para com as conquistas parciais da classe. Diante da CLT e das instituições de previdência social, adotamos uma posição meramente crítica, vendo apenas seus aspectos negativos”. Já há uma aceitação da legislação oficial, que é positivada, aceitação essa que é plenamente adequada a nova política geral do partido, publicizada na “Declaração de Março de 1958”, que admitiu um caminho pacífico, gradual e eleitoral para a construção do socialismo no Brasil.

Por fim, já na década de 1970, diante dos constantes ataques da Ditadura Militar aos agora definidos como “direitos da classe trabalhadora” o PCB se propõe a defender a CLT, ainda que marque sua posição contra a “subordinação dos sindicatos ao Ministério do Trabalho”, algo bem de acordo com o combate que os comunistas travavam contra o regime militar, que se aproveitou da estrutura sindical para destruir toda uma geração de sindicalistas após 1964.

Com o PT não foi diferente. Enquanto predominou a luta contra a ditadura, contra a presença do Estado, e enquanto durou a luta contra os comunistas pela hegemonia da esquerda, o PT se colocou contra a CLT e a estrutura sindical, classificadas por Lula como “o AI-5 dos trabalhadores”. No II Encontro Nacional (1982), por exemplo, o PT propõe em sua plataforma eleitoral a revogação de uma série de leis autoritárias como a Lei de Segurança Nacional, a Lei de Imprensa e CLT, incluída no chamado “entulho autoritário”. Em 1986, durante o seu IV Encontro Nacional, o PT aprova uma resolução sindical que reproduz uma divisão historiográfica do movimento operário em três fases, a primeira de construção da classe, até 1930, a segunda chamada corporativa, marcada pela subordinação do sindicalismo ao Estado via CLT, Ministério do Trabalho, e Justiça do Trabalho, instituições que a partir de 1964 serviram à Ditadura Militar e a terceira, inaugurada pelo “novo sindicalismo”, que rompe na prática com essa estrutura e luta para acabar de vez com ela. Enfim, o partido

⁶⁴ Todas as citações relativas ao PCB foram extraídas da coletânea organizada por Ca rone, Edgar, *op. cit.*

fazia questão de deixar bem claro sua oposição à CLT, em uma visão bem próxima daquela cultivada pelos comunistas no início da sua construção política.

Contudo, quando se inicia a década de 1990, o movimento sindical entra em descenso, e inicia-se uma fase de resistência ao neoliberalismo, a postura do partido muda e passa a ser de defesa dos direitos assegurados aos trabalhadores na CLT. Essa mudança fica evidente em um quadro encontrado no sítio eletrônico da CUT⁶⁵ (central organicamente vinculada ao PT) com uma cronologia das lutas históricas da central. Ou seja, os próprios cutistas não pretendem esconder essa alteração nas suas posições. No âmbito das resoluções do PT, as referências negativas à CLT desaparecem, dando lugar a defesa dos direitos dos trabalhadores contidos na legislação.

Isso ocorre em grande medida porque o PT já nasce com um grande acúmulo das lutas dos trabalhadores ao longo do século XX, inclusive herdando muitas das conclusões que o PCB chegou após muita polêmica, rachas, traumas e derrotas. Mesmo quando combatia a CLT, o PT já o fazia de forma similar a posição dos comunistas na Ditadura Militar, combatendo os aspectos autoritários da legislação, como o controle do movimento sindical pelo Estado, e defendendo os direitos dos trabalhadores.

Não é provável que o PT tenha o mesmo destino do PCB no que se refere ao ocaso político. A força da sua máquina eleitoral, combinada com a popularidade vigorosa do Governo Lula, desautorizam previsões neste sentido. Contudo, não está descartada um destino semelhante no que tange as perspectivas de transformação social mais substantiva. Resta saber se o PT ainda quer evitar este destino.

⁶⁵ Consulta feita no dia 11/01/10.